

• Política

Sarney

RIO DE JANEIRO

Ulysses faz apelo a Brossard contra aplicação da LSN

por Eliana Simonetti
de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte e do PMDB, esteve ontem com o ministro da Justiça, Paulo Brossard para, afirmar sua preferência pela aplicação do Código Penal à Lei de Segurança Nacional para punir os responsáveis pela manifestação na semana passada: "me incorporo ao apelo dos líderes na Constituinte no sentido de que o processo que corre pelos acontecimentos que envolveram o presidente e comitiva no Rio de Janeiro seja enviado a um promotor, que decida o rumo que o caso deve tomar".

O ministro Paulo Brossard, da Justiça, responsável pelos trabalhos do Departamento de Polícia Federal na investigação da ocorrência, informou ontem que o inquérito continua, e foi designado um promotor, o procurador da Justiça Militar do Rio de Janeiro, Newton Rangel Coutinho, para acompanhar os trabalhos. Segundo ele, o exame pericial no ônibus que transportava o presidente José Sarney está pronto e confirma a utili-



Ulysses Guimarães

zação de instrumentos perfurantes.

Conforme explicou Brossard, o inquérito pode concluir pela ocorrência ou pela inoccorrência de ilícito penal. No segundo caso, o processo é arquivado. Se a conclusão for pela ocorrência de crime, o promotor e o juiz deverão decidir qual a lei aplicável ao caso. "O Poder Executivo não tem nenhuma interferência", disse ele, acrescentando que "a Lei de Segurança Nacional é lei, está em vigor, e nos casos em que tem incidência deve ser aplicada, não depende de mim".

Dirigente da CUT presta depoimento na Polícia

por Isabel Nogueira Batista
do Rio

Continuam presos e incommunicáveis, na Polícia Federal, Maurício Pencaki, professor e diretor da executiva regional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e Danilo Groff, ex-assessor do governo Brizola, ambos enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN), acusados de participação ativa na manifestação contra o presidente José Sarney. Também o camelô Pedro Ernani de Oliveira cumpre seu terceiro dia de prisão, após ter sido detido nas manifestações de terça-feira.

Maurício Pencaki prestou depoimento, ontem pela manhã, na Polícia Federal, ao delegado Carlos Mandim de Oliveira, responsável pelo inquérito dos incidentes ocorridos no Paço Imperial, durante a visita do presidente da República ao Rio. Pencaki alegou ter feito uso de megafone no intuito de acalmar as pessoas e não de incitá-las contra o presidente, segundo seu advogado, Luís Fernando de Moraes.

Luís Guilherme Vieira, um dos advogados de Danilo Groff, foi ontem a Brasília para entrar com um pedido de "habeas corpus" em seu favor junto ao Superior Tribunal Militar (STM). Edson Borges, também advogado de Groff, revelou dispor de duas testemunhas importantes, não ligadas ao PDT — mas que ele preferiu não identificar por enquanto —, que pretendem testemunhar a favor de Groff, alegando seu não envolvimento na articulação do protesto contra o presidente.

O camelô Pedro Ernani de Oliveira continua preso na Polícia Federal, onde permanecerá, segundo o

STM nega "habeas corpus"

O presidente em exercício do Superior Tribunal Militar (STM), ministro (civil) Paulo Cezar Cataldo, negou ontem à noite liminar ao "habeas corpus" impetrado em favor do bioquímico Danilo Groff. No despacho, o ministro considera que somente após receber informações sobre o caso da Polícia Federal e do Ministério da Justiça poderá decidir se concede ou não o "habeas-corpus" requerido por Groff, informa a EBN.

As informações requisitadas pelo ministro terão de ser enviadas no prazo máximo de cinco dias úteis. Como o STM encontra-se em recesso, a decisão do ministro Paulo Cezar Cataldo terá de ser referendada em agosto pelos demais ministros que compõem a corte máxima da Justiça Militar.

assessor de imprensa da PF, Giovanni Azevedo, até que a Justiça Federal determine sua remoção para prisão comum, já que sua participação nos tumultos de terça-feira se enquadra no Código Penal, fora da alçada federal. Ernani de Oliveira, 18 anos, cearense de Sobral, está há apenas quarenta dias na cidade do Rio de Janeiro. Declarou ter assinado a confissão sobre seu envolvimento na manifestação de terça-feira sem lê-la. Disse que se havia dirigido à agência do banco Itaú, na rua São José, para fazer um depósito, quando começou o tumulto, conforme relatou seu advogado, Luís Sérgio Almeida, que encaminhou ontem, à 4ª Vara Federal, um pedido de liberdade provisória em favor de seu cliente.